

## OS POVOS INDÍGENAS E O TURISMO: UM ENFOQUE NO ESTADO DO PARANÁ (BRASIL)

Sandra Dalila Corbari<sup>1</sup>

Bruno Martins Augusto Gomes<sup>2</sup>

Miguel Bahl<sup>3</sup>

### RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo abordar sobre turismo indígena e as estratégias necessárias para seu desenvolvimento, com enfoque no estado do Paraná (Brasil). Nesse sentido, se apresentará um marco teórico sobre o tema e, em seguida, os resultados obtidos através de entrevistas qualitativas, que objetivaram conhecer as opiniões de técnicos e pesquisadores envolvidos com os temas “povos indígenas” e “turismo” no estado. Com a pesquisa foi possível compreender que o turismo indígena já ocorre em alguns municípios, mas essa atividade nem sempre ocorre de forma planejada, visando à sustentabilidade e ao etnodesenvolvimento das comunidades indígenas. Ademais, para desenvolver o turismo indígena no estado do Paraná é preciso, em um primeiro momento, divulgar e estimular maior conhecimento aos não indígenas a respeito dos povos indígenas e suas culturas. A partir dessa constatação entende-se que é necessária a implantação de projetos que visem à divulgação, proteção e valorização dos povos indígenas paranaenses.

**Palavras-chave:** Turismo. Turismo e Sociedade. Povos indígenas. Turismo indígena. Paraná.

### 1 INTRODUÇÃO

Na época da chegada dos europeus, habitavam o território brasileiro mais de mil povos indígenas, que juntos somavam entre 1 a 10 milhões de pessoas, mas no ano de 2010 foram contabilizadas aproximadamente 817,9 mil pessoas declaradas indígenas no país, conforme dados Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2012). Verifica-se que a diminuição no número de indígenas ocorreu, dentre outros motivos, por conta de injustiças históricas, inclusive as de extermínios. Os indígenas foram marginalizados durante anos, e ainda

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo (UFPR). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Turismo da UFPR. sandra.turismo@ufpr.br

<sup>2</sup> Doutorando no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPR. Professor do Departamento de Turismo da UFPR. gomesbma@ufpr.br

<sup>3</sup> Doutor em Ciências da Comunicação (USP). Professor do Departamento de Turismo da UFPR, atuando na graduação em Turismo, no Programa de Pós-graduação em Turismo da UFPR e no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR. migbahl@ufpr.br

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

enfrentam dificuldades para alcançarem o reconhecimento político e/ou legal e de sua autodeterminação.

No estado do Paraná habitavam 26.559 pessoas declaradas ou consideradas indígenas, no ano de 2010 (IBGE, 2012). No decorrer da presente pesquisa identificou-se que os povos indígenas no Paraná utilizam da produção agrícola e criação de animais para subsistência, entretanto, algumas comunidades estão se abrindo à atividade turística, que pode ser considerado um meio de obtenção de renda, mas também um meio de promover a aproximação entre indígenas e não indígenas e fortalecer a tolerância cultural.

Também se verificou que o turismo indígena é um tema delicado e debatido entre estudiosos, alguns alertando para as possíveis mudanças que o turismo pode causar nos hábitos e no cotidiano das comunidades, entretanto, segundo Faria (2005) há estudiosos que defendem que, se a iniciativa de desenvolver o turismo partir da comunidade local e as atividades turísticas forem planejadas, havendo conscientização a respeito dos riscos e benefícios do turismo e participação efetiva da comunidade, essa atividade pode ser uma alternativa para desenvolvimento local.

Desse modo, o presente trabalho teve como problema de pesquisa o seguinte questionamento “Qual a possibilidade de desenvolver o turismo indígena no Paraná, visando ao fortalecimento da tolerância cultural?”. A fim de responder a esse problema se estipulou como objetivo geral analisar qual a possibilidade de desenvolver o turismo indígena no Paraná, visando ao fortalecimento da tolerância cultural.

Assim, a seguir será abordado o referencial teórico utilizado como embasamento da pesquisa e os procedimentos metodológicos. Então serão expostos os resultados e, ao final, as considerações finais da pesquisa, apresentando uma proposta.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a elaboração do referencial teórico se buscou subsídios sobre os povos indígenas do Brasil, os povos indígenas do Paraná e o turismo indígena.

### 2.1 POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

O antropólogo Darcy Ribeiro (1957), compreende os indígenas como a parcela da população que não se adapta à sociedade em geral, são motivados por costumes, hábitos e lealdade a uma tradição pré-colombiana. Ademais é indígena todo aquele que se reconhece como membro de uma comunidade pré-colombiana e que possui identificação étnica distinta da

# X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

nacional e, além disso, que seja entendido como indígena pela população nacional. Ribeiro (1996) categoriza esses índios entre índios tribais e índios genéricos, sendo os primeiros os que conservam o sentimento tribal e a autonomia cultural, e os segundos os índios que não têm definição tribal, não falam mais a língua original de seu povo e, em sua maioria, não conservam mais o patrimônio cultural, mas que se identificam como pertencentes a determinado povo ou etnia indígena.

As comunidades indígenas brasileiras são distinguidas em três grupos, pela Lei Federal n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973, também denominada Estatuto do Índio. Nela consta a indicação de três grupos: comunidades isoladas, que são grupos desconhecidos ou que tiveram poucos contatos com a população não indígena; comunidades em vias de integração, que são os grupos que mantêm contato permanente com grupos diferentes, mas que conservam parte das condições de sua vida nativa, aceitando práticas e modos de vidas dos não indígenas; e comunidades integradas, que são os grupos que se encontram incorporados à sociedade nacional não indígena, ainda que conservem sua cultura (Lei n. 6.001, 1973).

Grande parte dos indígenas, no Brasil, vive em Terras Indígenas, uma categoria jurídica que designa uma determinada área delimitada pelo Estado às sociedades indígenas, para sua subsistência (Tommasino, 2006). Conforme o Estatuto do Índio (Lei n. 6.001, 1973), essas terras se categorizam em: Reserva Indígena, área destinada a ser o local de moradia dos grupos indígenas; Parque Indígena, área contida dentro de uma Terra Indígena, onde se permita assistência econômica, educacional e sanitária do Governo, e onde se preservem as reservas de flora, fauna e belezas naturais locais; Colônia Agrícola Indígena, área destinada à exploração agropecuária, por diversas tribos, administradas pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI; e Território Federal Indígena, unidade administrativa subordinada à União, instituída em uma localidade onde pelo menos um terço da população seja indígena.

Quanto à história dos povos indígenas, Zanardini (2006) cita que, a migração humana teve início entre os anos de 30.000 a. C. e 15.000 a. C., sendo incerto o marco inicial. Estudos arqueológicos indicam que nos anos de 10.000 a. C. o continente americano já se encontrava povoado (Mota, 2006). Wachowicz (1977) argumenta que os povos que chegaram ao continente podiam ser classificados em quatro áreas, sendo elas: Andina, que compreendia os grupos indígenas que possuíam metalurgia e arquitetura desenvolvidas, como os Incas; Circum Caribe, que compreendia os indígenas que se localizavam ao norte da América do Sul, próximo ao mar das Antilhas, como os índios Caribe; Floresta Tropical, que representava os indígenas que detinham conhecimento acerca da navegação fluvial, cerâmica e agricultura, como os Tupi-Guarani; e Marginal, que compreendia os grupos que possuíam conhecimento muito rudimentar sobre a cerâmica e a agricultura, como os Jê.

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Estima-se que, na época em que os europeus chegaram ao território brasileiro, como mencionado anteriormente, havia entre 1 e 10 milhões de indígenas, sendo incerto o número real (FUNAI, 2013). Em 2010, conforme dados do Censo Demográfico do IBGE 2010, havia 817.963 pessoas que se declararam indígena, representando 0,4% da população total do Brasil. Entretanto, se somada à parcela da população que não era declarada, mas se considerava indígena, esse número aumenta para 896.917 pessoas, representantes de 305 etnias indígenas (IBGE, 2012). A diminuição dos grupos indígenas desde a chegada dos europeus até os dias atuais é vista como resultado de injustiças históricas, por alguns estudiosos, como é o caso de Ribeiro (1996).

O referido autor destaca as chacinas cometidas por conta das ondas imigratórias, além de confrontos entre indígenas e europeus. Como exemplo, o autor aponta que nos primeiros anos do século XX, os governos estaduais e municipais das zonas onde viviam índios hostis destinavam verbas orçamentárias para pagamento de bugreiros. Eram noticiados extermínios de índios, justificados por sua “incapacidade de evolução” e pela existência de uma raça superior, os europeus, que eram capazes de civilizar aquelas regiões (Ribeiro, 1996).

Constatou-se que frente às injustiças sofridas pelos povos indígenas, campanhas de imprensa deram início a um movimento, em defesa dos povos indígenas. Aos poucos as campanhas ganharam o apoio das classes mais cultas do país. Também contribuíram para a criação do órgão os discursos do Marechal Rondon<sup>4</sup>, que relatava os problemas que assolavam os indígenas em relação à perseguição que sofriam (Ribeiro, 1996). Nesse contexto, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio, que representa a primeira lei brasileira que visava ao respeito e à tolerância às culturas indígenas (Decreto 9.214, 1911). O SPI foi extinto em 1966, e, em 1967, criou-se a Fundação Nacional do Índio [FUNAI]. As duas organizações visavam à integração dos povos indígenas à sociedade não indígena (Barão, 2005).

Para Pontes Filho (2011), os indígenas foram marginalizados durante anos e enfrentam situações que não têm o devido reconhecimento, político e/ou legal, sendo ignorados pelo Estado e pela mídia, como a criminalidade, as drogas e os problemas de saúde entre os índios. Marconi e Presotto (1987) apontam outro problema em relação às comunidades indígenas, que é o esforço existente, no Brasil, no sentido de não reconhecer as nações indígenas e sua autodeterminação. Ademais, consideram-se suas terras território nacional e não particulares e, desse modo, não existem territórios indígenas autônomos e independentes, tampouco populações indígenas que atuem de modo autônomo e independente. Conforme Barão (2005), a própria implantação da

---

<sup>4</sup> Rondon atuou na Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia a partir de 1890, em 1900 foi nomeado para chefiar os trabalhos que se estenderam pela Amazônia e pelo Acre, assim Rondon e sua equipe pacificaram várias tribos indígenas e eram contrários a confrontos com os índios (Oliveira & Freire, 2006).

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

FUNAI teve como objetivo a tutoria dos povos indígenas, uma vez que eles eram considerados inaptos para se autoadministrarem.

Cabe salientar que os povos indígenas foram excluídos até mesmo do processo de formulação do Estatuto do Índio. Faria (2007) aponta que o governo militar, que detinha o poder na época, aprovou o Estatuto do Índio visando melhorar a imagem do governo frente às acusações de violação dos direitos humanos, como os massacres da população indígena, bem como de mostrar que o governo estava preocupado com os direitos dos povos indígenas e disposto a acatar as convenções internacionais sobre o tema.

Considerando os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas, cabe salientar que a Organização das Nações Unidas [ONU], por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promove os direitos igualitários independentemente de raça, cor, sexo, língua, opinião política, origem social, entre outros. Além disso, o documento ressalta que todo indivíduo tem direito a um padrão de vida que possa assegurar saúde, alimentação, vestuário, bem-estar, habitação, cuidados médicos e serviços sociais para si e sua família, sendo esses direitos o fundamento da liberdade, justiça e da paz mundial (ONU, 1948). Além de assegurar os direitos de todos os cidadãos de forma igualitária, a ONU promove também a conscientização quanto aos direitos dos povos indígenas através da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2008. Nesse documento, é afirmado que todos os povos contribuem para a diversidade cultural, a qual representa um patrimônio de toda humanidade. Nesse sentido, expõe a preocupação da ONU quanto aos indígenas por conta das injustiças históricas, como o fato de terem sido despossuídos de suas terras e privados de seus recursos pelos colonizadores, o que impediu o direito ao desenvolvimento (ONU, 2008).

## 2.2 OS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ

A história da população indígena do estado do Paraná se iniciou há cerca de 8 mil anos, mas se considerados os dados de povoamento de territórios vizinhos, é possível atestar que a presença humana no território data de 11 mil a 12 mil anos atrás (Mota, 2006). Das quatro áreas classificadas no continente, no território onde atualmente se encontra o estado do Paraná se estabeleceram grupos da Floresta Tropical, como a Família Tupi-guarani, e da Marginal, como a Família Jê (Wachowicz, 1997).

As populações que habitaram a região foram as Tradições Humaitá, Umbu, Itararé-Taquara, Sambaqui e Tupi-guarani (Mota, 2006 e Parellada, 2006). Mota (2006) aponta outras populações que habitam atualmente o território do Paraná: os Guarani, divididos nos subgrupos Guarani-Ñandeva e Guarani M'bya; os Xetá; os Kaingang; e os Xokléng. Cabe salientar que há uma

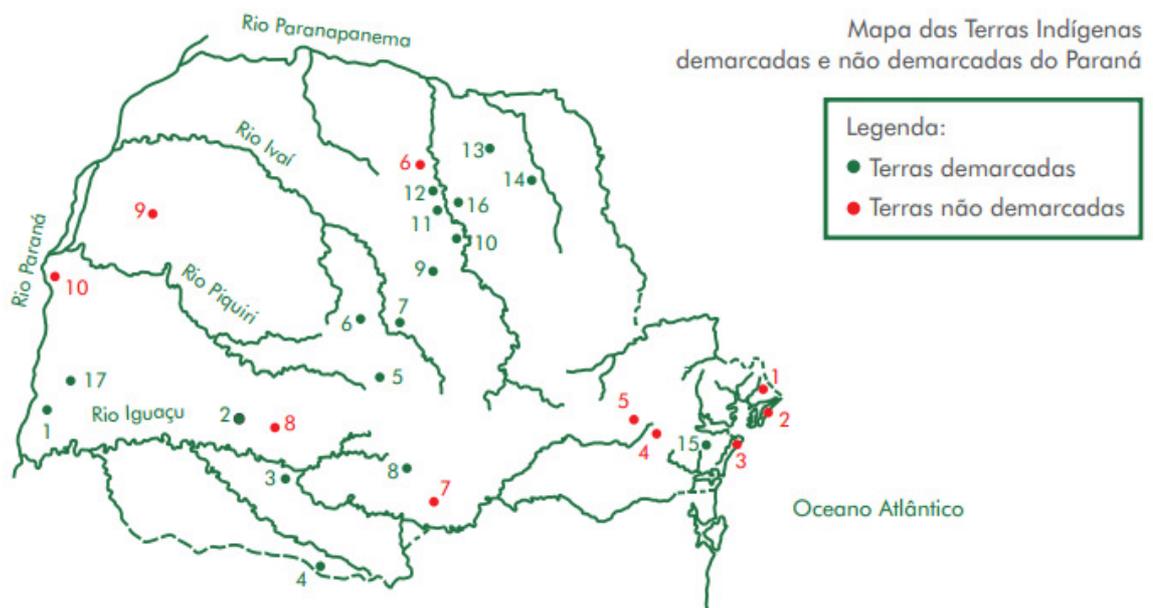
# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

divergência na literatura a respeito dos Xoklég, enquanto alguns autores apontam que há pertencentes dessa etnia no Paraná, outros não abordam a etnia. No entanto, conforme o Censo Demográfico de 2010 há pertencentes à etnia Xoklég e outras etnias, como a Guarani-Kaiowá, vivendo nas Reservas indígenas demarcadas no estado (IBGE, 2010).

O Censo Demográfico de 2010 aponta que nos três estados sulinos foram contabilizados naquele ano 74.945 habitantes declarados indígenas, cerca de 9,2% da população indígena do Brasil. No Paraná havia 26.559 pessoas declaradas ou consideradas indígenas, sendo que aproximadamente 11.934 indígenas estavam vivendo em Terras Indígenas, (IBGE, 2012).

A população indígena do estado do Paraná conta com 17 reservas indígenas demarcadas pela FUNAI e 10 não demarcadas (FIGURA 2).



**Figura 1: Distribuição das Reservas Indígenas no Paraná**  
**FONTE: Parellada (2006).**

Na figura acima é possível ver a localização das 27 Reservas Indígenas do estado, numeradas de 1 a 17 e assinaladas em verde como terras demarcadas e de 1 a 10, em vermelho, as não demarcadas. Abaixo há maiores informações sobre as Reservas Indígenas demarcadas.

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

**Tabela 1: Identificação das Reservas Indígenas demarcadas no Paraná**

	RESERVA INDÍGENA	MUNICÍPIO (S)	HAB.	ETNIAS PRESENTES	LÍNGUAS INDÍGENAS FALADAS
1	Ocoy	São Miguel do Iguaçu	30	Guarani M'bya; Guaraní	Guarani M'bya; Guaraní
2	Rio das Cobras	Nova Laranjeiras; Espigão Alto do Iguaçu	263	Guarani-Kaiowá; Guarani M'bya; Guarani-Ñandeva; Guaraní; Kaingang	Guarani-Kaiowá; Guarani M'bya; Guarani-Ñandeva; Guaraní; Kaingang
3	Mangueirinha	Chopinzinho; Mangueirinha; Coronel Vivida	075	Guarani M'bya; Guarani-Ñandeva; Kaingang; Xetá; Xoklém	Guarani M'bya; Guarani-Ñandeva; Guaraní; Kaingang
4	Palmas	Palmas; Aberlado Luz (SC)	62	Guarani-Kaiowá; Guarani-Ñandeva; Kaingang	Não identificado
5	Marrecas	Turvo; Guarapuava	51	Guarani M'bya, Kaingang, Xetá e Xoklém	Guarani M'bya; Guarani; Kaingang; Xetá
6	Ivaí	Manoel Ribas	687	Kaingang	Kaingang
7	Faxinal	Cândido de Abreu	05	Kaingang	Kaingang
8	Rio D'Areia	Inácio Martins	12	Guarani M'bya; Guarani-Ñandeva; Kaingang; Xetá	Guarani-Ñandeva; Guaraní; Kaingang; Xetá
9	Queimadas	Ortigueira	29	Guarani Kaiowá; Guarani M'bya; Guarani-Ñandeva; Kaingang	Guarani-Kaiowá; Guaraní; Kaingang
10	Apucarantina	Londrina	415	Guarani-Kaiowá; Kaingang; Xoklém; Fulni-ô	Kaingang; Xoklém
11	Barão de Antonina	São Jerônimo da Serra	21	Guarani-Ñandeva; Guaraní; Kaingang	Guarani-Ñandeva; Guaraní; Kaingang
12	São Jerônimo da Serra	São Jerônimo da Serra	94	Guarani-Ñandeva; Kaingang; Xetá	Guaraní; Kaingang; Xetá
13	Laranjinha	Santa Amélia	200	Guarani-Ñandeva; Guaraní	Guarani-Ñandeva; Guaraní
14	Pinhalzinho	Tomazina	21	Guarani-Kaiowá; Guarani-Ñandeva; Kaingang	Guarani-Kaiowá; Guarani-Ñandeva; Guaraní
15	Ilha da Cotinga	Paranaguá	113	Guarani-Kaiowá; Guarani M'bya	Guarani-Kaiowá; Guarani M'bya; Guaraní
16	Mococa	Ortigueira	168	Kaingang	Kaingang
17	Tekoha-Añetete	Diamante D'Oeste	22	Guarani-Ñandeva; Guajá	Guarani-Ñandeva; Guaraní; Guajá

Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

As Reservas Indígenas não demarcadas indicadas na Imagem 1, são, conforme ordem numérica: 1) Cerco Grande, em Guaraqueçaba; 2) Morro das Pacas, em Guaraqueçaba; 3) Guaraguaçu, em Pontal do Paraná; 4) Karuguá, em Piraquara; 5) Curitiba, em Curitiba; 6) Londrina,

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

em Londrina; 7) Palmital, em União da Vitória; 8) Boa Vista, em Laranjeira do Sul; 9) Xetá, em Umuarama; e 10) Guaíra, em Guaíra (Parellada, 2006).

Cabe destacar que a economia das comunidades indígenas no Paraná baseia-se na produção agrícola, como plantação de mandioca, milho e em algumas áreas soja e frutas, ademais criam suínos e aves, além disso, como modo de complementação de renda, é feita a confecção de peças de artesanato (Parellada, 2006). Entretanto, com a pesquisa constatou-se que algumas comunidades indígenas estão se abrindo à atividade turística.

Vinculado a isso se pode afirmar que o turismo pode contribuir positivamente para as comunidades indígenas no que diz respeito a melhor qualidade de vida e valorização sociocultural. Conforme o Código Mundial de Ética do Turismo, da Organização Mundial do Turismo [OMT] (OMT, 2010), a atividade deve promover os direitos humanos, especialmente os dos grupos mais vulneráveis – crianças, idosos, populações nativas e minorias étnicas.

De acordo com Yázigi (2007), os povos indígenas representam o último reduto exótico do planeta. Esse é um potencial que pode ser trabalhado, e representa uma riqueza para o Brasil, bem como para todo o mundo, pois, além de seu valor cultural, muitos segmentos do turismo, em âmbito mundial, vêm dando sinais de exaustão, o que significa que novas perspectivas para o turismo parecem produtivas nesse contexto, como, por exemplo, o turismo étnico, e como uma derivação do segmento, o turismo indígena.

## 2.3 O TURISMO INDÍGENA

Pode-se afirmar que o turismo indígena está associado ao turismo étnico, pois este último, se forma a partir dos resultados de dois tipos de sentimento: o primeiro está associado ao aparato social e à cultura de uma determinada localidade com sua identidade e diferenciação; e o segundo, está ligado à ideia de divulgação da existência de um grupo ou etnia, visando a seu reconhecimento e sua inserção em um contexto nacional ou internacional (Bahl, 2009). De acordo com o referido autor o turismo étnico pode ser entendido como um modo de expressão de interesse pela cultura e pelo modo de vida de outros povos, bem como uma tentativa de compreender as diferenças entre os povos.

Inserido no turismo étnico está o segmento de turismo indígena, que se refere ao turismo realizado em Terras Indígenas ou em locais com base na identidade cultural e na gestão desse grupo étnico. Assim, mesmo se as atividades turísticas forem desenvolvidas fora das terras indígenas, ainda serão caracterizadas como turismo indígena se a cultura e a identidade dessa etnia ainda for o propósito das atividades. Essa afirmação se justifica, pois muitos grupos podem

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

não querer a atividade turística dentro de suas terras, mas querem divulgar suas culturas visando à valorização da identidade e ao aumento da renda (Faria, 2005).

Para González (2008) o turismo indígena compreende as atividades onde as comunidades indígenas oferecem ao visitante a oportunidade de compartilhar de suas tradições e costumes. Este compartilhamento de experiências contribui para a valorização e preservação dos elementos culturais dessas comunidades, além do reconhecimento de sua identidade. Para Yázigi (2007), os turistas que se interessam pela cultura indígena não buscam nem esperam por itens que são geralmente encontrados em segmentos turísticos banalizados, ao contrário, é a ausência desses itens (como conforto, alta gastronomia, casas noturnas, entre outros) que torna o turismo indígena original.

O turismo indígena é um tema delicado e promove discussões entre profissionais e estudiosos, por conta da diferença cultural entre os turistas e os indígenas. Essa diferença cultural pode provocar mudanças dos hábitos sociais e cotidianos das comunidades, entre outros fatores negativos. Entretanto, há grupos que acreditam que, se as atividades turísticas forem planejadas, se a comunidade for conscientizada a respeito dos benefícios e riscos do turismo e, ainda, se a comunidade desejar desenvolver o turismo participando em todas as fases do processo, essa atividade pode ser uma alternativa para desenvolvimento local (Faria, 2005).

Leal (2007) defende que o turismo indígena passou a ser observado, após a década de 1970, como um poderoso meio de realçar a etnicidade e revitalizar a cultura de um povo. A partir do turismo, os povos indígenas passaram a ser vistos não como o “outro” que pode ser visitado, observado e explorado, mas sim como indivíduos que atuam no processo de planejamento turístico, passando de atrativos a atores. Conforme Mauro (2007), os registros documentais apontam que o turismo em terras indígenas é debatido em âmbito governamental desde 1993, mas até os dias atuais não houve um consenso quanto aos procedimentos e às políticas reguladoras da atividade, de forma que o turismo vem acontecendo sem um controle.

No Brasil, algumas iniciativas se destacam, como, por exemplo, no município de Coroa Vermelha, na Bahia, onde está localizada a Reserva Indígena da Jaqueira, a qual está aberta à visitação desde 1999, com trilhas ecológicas com guia local; palestra sobre lendas indígenas, hábitos e costumes; explanação do Pajé sobre medicina indígena; degustação de pratos típicos; observação da confecção de peças de artesanato; e apreciação de apresentações musicais e danças (Leal, 2007). A iniciativa dos Pataxó é vista como a mais organizada no segmento de turismo indígena no Brasil (Oliveira, 2006).

Além dessa, importantes iniciativas de turismo indígena ocorrem em outros estados, como no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, São Paulo e Tocantins (Brito, 2009; Oliveira & Jesus, 2008; Oliveira, 2006; Leal, 2007 e Guimarães, 2006).

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

No estado do Paraná há algumas iniciativas de turismo indígena. Um exemplo disso pode ser observado em uma matéria do jornal Gazeta do Povo (01/04/2010), que aborda a Aldeia Indígena Araçá-i, localizada no município de Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, que está aberta à visitação (Horcel, 2010). Também se destaca a Terra Indígena Mangueirinha, onde a comunidade costumava receber grupos, principalmente de estudantes, como destaca a pesquisa realizada por Baggio (2007).

Uma ação a ser ressaltada é o projeto Caminhada na Natureza, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento [SEAB], por meio do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná [EMATER-PR] (SEAB, 2012). Com circuitos temáticos, dois deles são voltados à cultura indígena. O primeiro é o Circuito Ecocultural do Guaraguaçu, no município litorâneo de Pontal do Paraná, com um percurso que passa pelo Rio Guaraguaçu, por uma parte da Mata Atlântica, pelos Sambaquis do Guaraguaçu, Sítio Arqueológico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN] e pela Aldeia Indígena Guaraguaçu, pertencente à etnia Guarani M'bya, conforme informações da Secretaria de Estado do Turismo [SETU] (SETU, 2012). O segundo, conforme informações da SEAB (2012) é o Circuito Ava Guarani, no município de Diamante d'Oeste, região oeste do estado, que tem um percurso de 10,5 quilômetros dentro da Reserva Indígena Tekoa Añetete. Além da caminhada em si, há paradas para informações sobre o meio ambiente e características gerais das comunidades indígenas da região.

Constata-se, portanto, que algumas iniciativas no setor de turismo indígena já estão ocorrendo no país, inclusive no estado do Paraná. Entretanto, apesar das iniciativas supracitadas, a entrada de não indígenas em terras indígenas é legalmente difícil, uma vez que requer uma autorização da FUNAI, que apenas é emitida após o aval dos representantes das comunidades indígenas, entretanto a autorização geralmente é concedida para pesquisadores, jornalistas, Organizações Não Governamentais [ONGs] e envolvidos com trabalhos sociais, entre outros casos específicos (Mauro, 2007). O referido autor aponta que, mesmo com essas questões legais, observa-se, nos últimos anos, um aumento na exploração de atividades turísticas envolvendo comunidades indígenas. Essas atividades são desenvolvidas tanto pelas próprias comunidades, visando à geração de renda, quanto por agentes do setor turístico, interessados em promover a cultura indígena e os recursos naturais existentes nas Terras Indígenas.

Deste modo, percebe-se que o turismo está presente nas comunidades indígenas e que, mesmo sem um consenso de como as comunidades indígenas devem ser envolvidas ao desenvolver a atividade, há a oferta de experiências que podem contribuir com a tolerância cultural e valorização sociocultural.

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se embasou nos temas “turismo” e “povos indígenas”, com enfoque no estado do Paraná e, tendo em vista a realidade atual dos povos indígenas no estado, se pautou no seguinte questionamento: “Quais são as possibilidades de desenvolver o turismo indígena no Paraná, visando ao fortalecimento da tolerância cultural?”. Conforme o problema de pesquisa, o objetivo geral da pesquisa foi o de avaliar qual a possibilidade de desenvolver o turismo indígena no Paraná, visando ao fortalecimento da tolerância cultural.

Essa pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório, que visou proporcionar maior familiaridade com o tema abordado (Gil, 1991). Ela se dividiu em duas etapas, sendo a primeira uma revisão teórica, contendo uma pesquisa bibliográfica acerca dos temas “turismo”, “povos indígenas paranaenses” e “turismo indígena”. Como fonte de dados foram utilizados livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, documentos, entre outros materiais.

Na segunda fase do estudo, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, com o objetivo de obter informações acerca do problema de pesquisa, para o qual se buscou respostas. Esta etapa contou com uma abordagem qualitativa dos dados, pois não objetivou números, mas prover percepções e compreensão acerca do problema (Malhotra, 2004). A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas.

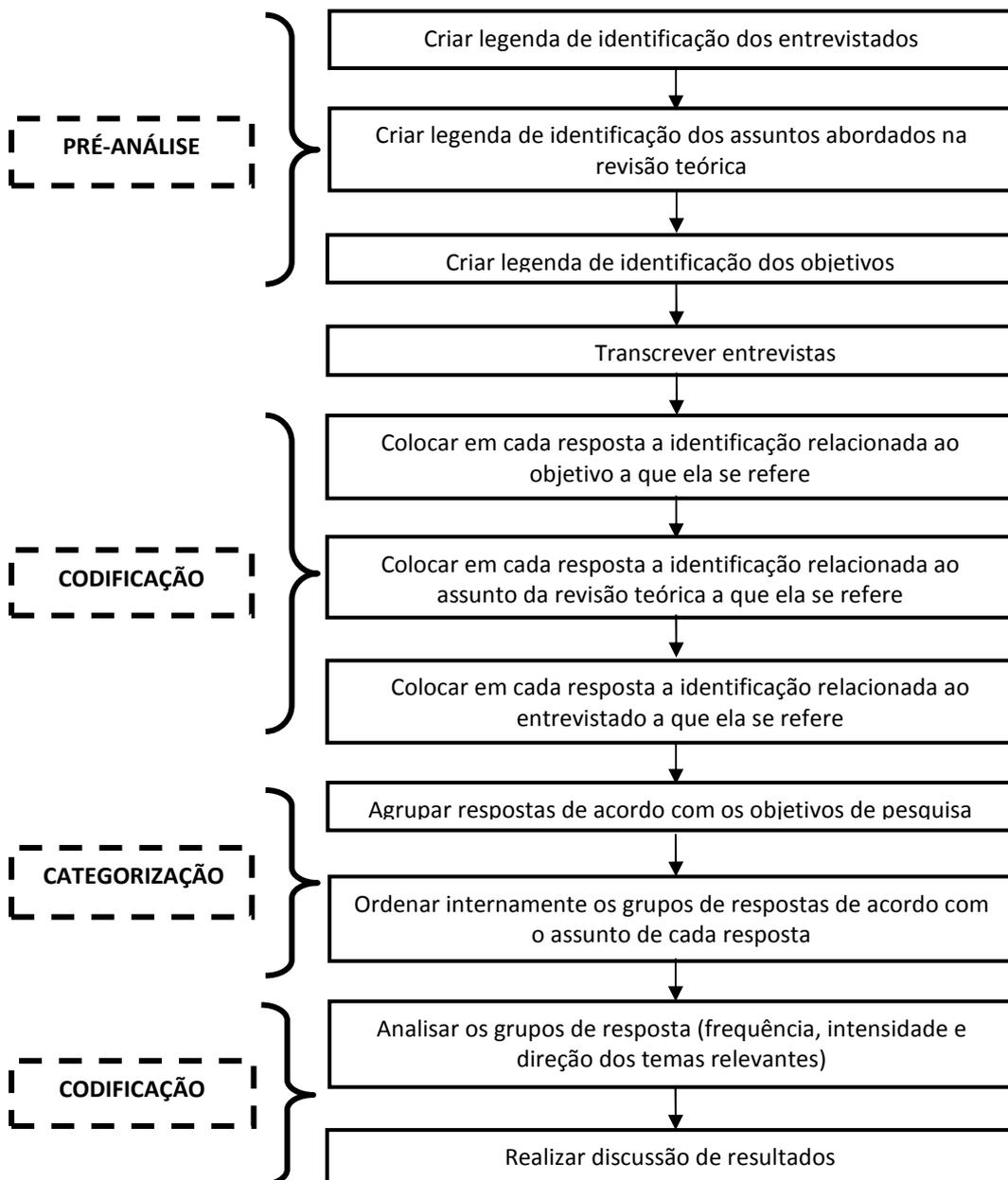
Na presente pesquisa a amostra se caracterizou como não probabilística intencional, pois a seleção dos elementos da população para compor a amostra dependeu do julgamento do pesquisador (Mattar, 2001). A amostra da pesquisa foi constituída de nove indivíduos: um pesquisador do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná, uma pesquisadora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, uma antropóloga, uma técnica da Secretaria de Estado do Turismo e um técnico do Serviço Social Autônomo Ecoparaná (os quais participaram em conjunto de uma entrevista), um técnico do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, uma técnica da Fundação Nacional do Índio e duas técnicas da Secretaria Especial de Relações com a Comunidade (as quais participaram em conjunto de uma entrevista).

O instrumento de coleta de dados dessa etapa foi um roteiro de entrevista, que foi planejado e elaborado levando em consideração o problema e as questões de pesquisas, os objetivos do estudo e o marco teórico (Alencar, 2007). A pesquisa de campo foi realizada durante os meses de outubro e novembro do ano de 2012. Após a aplicação das entrevistas, na etapa da análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, constituída por quatro etapas: pré-análise, codificação, categorização e inferência (Gomes, 2006).

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Para uma melhor visualização do uso da análise de conteúdo, tem-se o seguinte esquema (FIGURA 2), que demonstra cada etapa e cada processo para que, ao término da análise de conteúdo, proceda-se a discussão dos resultados alcançados na pesquisa de campo.



**Figura 2: Esquema de Análise das Respostas**

Fonte: Adaptado de Gomes, 2006.

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

## 4 RESULTADOS

Conforme a revisão bibliográfica verificou-se haver alguns casos de visitação em aldeias e territórios indígenas no estado do Paraná, como é o caso da Reserva Indígena Tekoa Añetete, em Diamante d'Oeste e na Aldeia Indígena Araçá-i, em Piraquara. Todavia, o Entrevistado D4 acrescentou que "quase todas as aldeias do estado do Paraná recebem visitas de cunho educacional e/ou turístico". Dentre os municípios onde já ocorre algum tipo de atividade de turismo indígena, foram citados Piraquara, Curitiba, Paranaguá, Guaraqueçaba, Mangueirinha, Nova Laranjeiras, São Miguel do Iguazu e Diamante d'Oeste. Ademais foi apontado que há projetos programados para a região central do estado (ENTREVISTADO F6).

Ao abordar o melhor modo de desenvolver a atividade tendo como base a sustentabilidade, o etnodesenvolvimento e as contribuições do turismo indígena, foi possível ratificar o entendimento de que as comunidades indígenas apenas se beneficiarão se elas estiverem envolvidas com a atividade e não posicionadas como um "produto" a ser visto e comercializável. Quanto a isto, um dos entrevistados apontou que,

[...] se tiverem os índios à frente dos projetos (evidentemente, com a devida assessoria), o turismo pode vir a contribuir para maior autonomia da comunidade, para a organização dela e é preciso pensar também nos recursos financeiros. Se for para os índios ficarem na retaguarda dos projetos, tendo apenas veiculadas suas imagens e ocupando posições subalternas e exóticas, nada feito, não haverá qualquer contribuição (ENTREVISTADO J10).

Contudo, ressalta-se a importância de disseminar informações a respeito da cultura dos povos indígenas, pois "[...] é necessário que haja mais conhecimento e valorização da cultura indígena por parte da população paranaense [...]" (ENTREVISTADO C3). Se houver esse conhecimento e valorização o turismo pode contribuir para o "fortalecimento e conservação da cultura e identidade, resgate da cidadania e qualidade de vida" (ENTREVISTADO I9).

No que tange às estratégias necessárias para desenvolver o turismo indígena é preciso, anteriormente, tecer objetivos e estratégias que visem ao fortalecimento da tolerância cultural, partindo da premissa que o turismo, aproximando comunidades, pode contribuir para a tolerância, ou seja, aceitação, respeito e apreço às culturas.

Dentre as estratégias apontadas pelos entrevistados estão:

- "Divulgação das culturas por meio de documentários, registros escritos e fotográficos, produção de CDs e DVDs sobre canto e a dança desses povos" (ENTREVISTADO D4);

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

- "Melhorar o conhecimento cultural do paranaense para conviver com os indígenas do Paraná [...]" (ENTREVISTADO C3);
- "[...] Desenvolvimento de produtos e serviços consonantes com a preservação da cultura para promoção, sensibilização, conscientização e capacitação [...]" (ENTREVISTADO B2);
- "Desenvolver visitas acompanhadas por uma equipe formada por: lideranças da comunidade, agentes das humanidades (antropólogo e historiador) e um turismólogo [...]" (ENTREVISTADO K11);
- "Ampliar as Caminhadas na Natureza envolvendo Reservas Indígenas; organizar e melhorar a qualidade do artesanato; incentivar e ampliar a divulgação das atividades culturais [...]" (ENTREVISTADO F6);
- "[...] Ampliar os contatos entre as partes para maior respeitabilidade a partir do conhecimento da existência de diferentes realidades" (ENTREVISTADO A1);
- "[...] Ver se os próprios índios estão interessados nos projetos, mensurando possíveis impactos, não apenas ambientais, mas também sociais [...]" (ENTREVISTADO E5).

As estratégias apontadas dizem respeito a pontos importantes para a implantação do turismo indígena, mas também abordam a necessidade da promoção da educação e divulgação dos povos indígenas do estado. Assim, é possível entender que é necessário, primeiramente, estabelecer um canal de diálogo e conhecimento entre indígenas e não indígenas e, em seguida, implantar e desenvolver o turismo indígena.

Para implantar e desenvolver o turismo indígena foi destacada a importância de uma equipe multidisciplinar, com antropólogos, historiadores, geógrafos, assistentes sociais, turismólogos e a lideranças indígenas, sobre as quais foi apontado que "[...] sem lideranças indígenas acredito que o risco de insucesso seria muito grande" (ENTREVISTADO M13).

Ressaltou-se, ainda, a necessidade do envolvimento das instituições de ensino superior, através da implantação de projetos de extensão, em parceria com as comunidades indígenas (ENTREVISTADO H8); bem como de "cursos universitários com temas sobre índios bem elaborados, valorizados e aprofundados" (ENTREVISTADO L12).

Além disto, foi apontada como essencial ao desenvolvimento do turismo indígena a atuação do poder público através de secretarias, Ministério Público, FUNAI e prefeituras (ENTREVISTADO I9). Ademais, faz-se importante a contribuição da sociedade organizada e do poder privado (ENTREVISTADO N14).

No que diz respeito ao papel do turismólogo, ele é importante e foi destacado nas entrevistas. Entre as incumbências desse profissional está a de planejador turístico (ENTREVISTADO A1). Porém, o turismólogo precisa trabalhar em conjunto com outros profissionais que tenham maior conhecimento a respeito dos diversos aspectos que se fazem importantes no

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas, como o próprio modo de vida desses povos. Então, o profissional do turismo pode trabalhar "mediando os atores necessários para desenvolver o turismo indígena" (ENTREVISTADO G7).

A partir dos estudos e do trabalho em conjunto com outros profissionais, o turismólogo poderá contribuir desenvolvendo projetos e ações de divulgação da cultura indígena no Paraná, os quais devem ser voltados para a conservação da cultura para promoção, resgate da cidadania e melhoria da qualidade de vida (ENTREVISTADO B2).

Pautando-se nessas questões, entende-se que para desenvolver o turismo indígena no estado do Paraná é preciso realizar estudos que abordem todas as variáveis existentes dentro de uma comunidade, como as tradições, costumes, crenças, entre outros. Além disso, não se pode trabalhar sem o apoio e contribuição de profissionais capacitados, como por exemplo, antropólogos e historiadores, dentre outros. Ressalta-se a importância de primeiramente divulgar a cultura dessas comunidades, por meio de pesquisas, documentários, através de eventos e implantação de locais, como museus e centros culturais, onde se possa mostrar o patrimônio de cada etnia e de cada comunidade indígena do estado, para então divulgar e promover uma aproximação, principalmente para que os indígenas conheçam e possam atender melhor os visitantes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a partir do que foi pesquisado pode-se afirmar que a tolerância cultural pode ser alcançada por meio do turismo, uma vez que, ao visitar um grupo étnico distinto do qual está inserido, um indivíduo adquire conhecimento acerca da cultura local. Ademais, o turismo atua como fortalecedor cultural da comunidade receptora, bem como de sua etnicidade. Entretanto, a atividade turística deve ser planejada e desenvolvida conforme as pretensões e necessidades das comunidades, visando à sustentabilidade, ou então as comunidades se tornam vulneráveis às mudanças e passíveis de descaracterização dos modos de vida, tradições, costumes e da cultura como um todo.

Desse modo, um segmento turístico a se destacar é o do turismo étnico, no qual a intenção da viagem seja a de conhecer e interagir com pessoas de outras culturas. Inserido no turismo étnico está o turismo indígena, o qual pode ser realizado dentro ou fora das terras indígenas. O turismo se for aceito, planejado e gerido pelas comunidades, pode se constituir em um fortalecedor da própria cultura, bem como contribuir para a geração de renda da população local. Nesse sentido, existem algumas iniciativas das próprias comunidades indígenas para

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

desenvolver o turismo, como é o caso da Reserva da Jaqueira, no município de Coroa Vermelha, Bahia.

Porém, no Brasil, não há um consenso a respeito dos reais benefícios que a atividade turística traz aos povos indígenas, assim, dentre outros motivos, o turismo praticado em áreas destinadas aos povos indígenas não é regulamentado. Para entrar em Terras Indígenas é preciso autorização da comunidade e da FUNAI e essa autorização é dada, geralmente, apenas a pesquisadores ou para pessoas que prestam serviços técnicos.

Se o turismo indígena no território brasileiro ainda é pouco explorado, na região sul essa realidade é acentuada. O Paraná, um dos três estados constituintes da região sul, também tem suas origens atreladas às sociedades indígenas, contando com as culturas Guarani, Xoklém, Kaingang, remanescentes dos Xetá, além da presença de indígenas de etnias de outras regiões do país e do continente. Essa população representa 26.559 pessoas, que habitam 17 Terras Indígenas demarcadas, 10 Terras Indígenas não demarcadas, além de aldeias e centros urbanos, segundo dados do IBGE (2012).

Apesar do potencial do estado do Paraná, são poucas as iniciativas de turismo indígena, como exemplos tem-se a Aldeia Indígena Araçá-i, em Piraquara, aberta à visita (Horcel, 2010); a Reserva Indígena Tekoa Añetete, em Diamante d'Oeste (SEAB, 2012) e a Aldeia Indígena Guaraguaçu, em Pontal do Paraná, que recebem a Caminhada na Natureza, projeto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SETU, 2012); e a Terra Indígena Mangueirinha onde as visitas eram constantes e agora estão inseridas no Programa de Ecoturismo na Terra Indígena Mangueirinha, entre outras iniciativas (Baggio, 2007; SETU, 2008).

Desse modo, com a presente pesquisa foi possível responder ao problema formulado "Quais são as possibilidades de desenvolver o turismo indígena no Paraná, visando ao fortalecimento da tolerância cultural?". Como observado acima, o turismo indígena já está ocorrendo no estado, ou seja, a implantação já realizada em algumas comunidades. É preciso, no entanto, legalizar essa atividade e desenvolver o turismo visando ao incremento da renda das comunidades indígenas e, acima de tudo, à valorização das culturas indígenas e ao reconhecimento da sua importância para o Estado e para a sociedade paranaense. Assim, se a atividade turística dentro das Terras Indígenas ainda não é regulamentada, então, é possível e necessário planejar e executar projetos para valorização cultural indígena e educação cultural fora dessas áreas, como em centros urbanos e locais turísticos.

Visando aos aspectos supracitados, uma proposta relevante para a realidade estudada seria a de implantação de um centro cultural voltado para as etnias indígenas do estado do Paraná (Guarani, Kaingang, Xetá e Xoklém). Esse centro cultural poderia ser gerido pelo poder público, através da Secretaria de Estado da Cultura e contar com diversos espaços, como um Museu

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Indígena do Paraná, um Centro de Documentação e Bibliografia Indígena, uma loja de artesanato indígena e até um alojamento para as comunidades indígenas, com cozinha, banheiros e refeitório.

Esse centro cultural poderia contar com várias atividades divididas em três áreas, desenvolvidas através de ações e pesquisas:

- Ações Educativas: contendo as atividades de aulas de guarani, visitação do Museu Indígena, atividades do Centro de Documentação e Bibliografia Indígena e eventos como as Trocas de Saberes Indígenas;

- Ações Culturais, contendo atividades relacionadas a eventos como as vivências com comunidades indígenas, feiras de artesanato indígena e festividades do Dia do Índio; e

- Ações de Pesquisas: responsáveis por duas linhas de pesquisa, sendo a primeira referente ao patrimônio material e imaterial dos grupos indígenas do Paraná, com objetivo de elaborar um inventário do patrimônio de cada etnia, juntamente com relatórios onde constaria o grau de proteção/extinção das práticas e manifestações culturais desses povos, e a segunda linha de pesquisa voltada à etnia Xetá, que se daria junto aos indígenas remanescentes dessa etnia, com o objetivo de coletar materiais para realização de um filme sobre esse povo, e para fazerem parte do Centro de Documentação e Bibliografia.

Essa proposta teria por objetivo aliar a educação cultural para a população não indígena, a capacitação para indígenas e não indígenas, a divulgação dos povos indígenas do Paraná e de sua cultura e a valorização e proteção do patrimônio material e imaterial desses povos.

Como propostas para estudos futuros têm-se as de inventariação do patrimônio material e imaterial dos povos indígenas do estado do Paraná; pesquisas sobre os impactos das visitas em comunidades indígenas do estado do Paraná; estudos sobre as políticas públicas de incentivo à cultura indígena e aplicação no estado do Paraná; e pesquisas sobre intenção de visita dos turistas às comunidades indígenas do estado do Paraná.

## REFERENCIAS

Alencar, E. (2007). *Pesquisa em turismo*. Lavras: UFLA / FAEPE.

Baggio, A. J. (2007). *Ecoturismo: alternativa sustentável de valorização do patrimônio natural e cultural da Terra Indígena Mangueirinha, PR*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp043493.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.

Bahl, M. (2009). Dimensão cultural do turismo étnico. In A. P. Netto, & M. G. dos R. Ansarah (Eds.), *Segmentação do mercado turístico* (pp. 121-140). Barueri, SP: Manole.

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Barão, V. M. (2005). *A escola indígena e o poder de Estado: construção de uma identidade étnica entre os Mbyá Guarani*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=22769](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=22769)>. Acesso em: 30 abr. 2012.

Brito, T. M. (2009). Turismo e povos indígenas. *Anuário da Produção Acadêmica Docente*, 3 (4), 23-36. Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/anudo/article/viewFile/999/713>>. Acesso em: 12 out. 2012.

Decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911. (1911, 31 de dezembro). Aprova o regulamento do Serviço de Proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais. CLBR – Coleção de Leis do Brasil, 4, pp. 57. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=38105&norma=53816>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

Faria, I. F. de. (2005). Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. *Pasos Online*, 3(1), 63-77. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/3105/PS040105.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

Faria, I. F. de. (2007). *Ecoturismo indígena - território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-17022011-095412/pt-br.php>> Acesso em: 01 maio 2013.

Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (2012). *Índios do Brasil*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gomes, B. M. A. (2006). *Política de Regionalização do Turismo em Minas Gerais: uma análise sob a ótica dos custos de transação*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Lavras, Lavras.

González, M. M. (2008). ¿Etnoturismo o turismo indígena? *Teoría y Praxis*, 5, 123-136. Disponível em: <<http://www.teoriaypraxis.uqroo.mx/doctos/Numero5/Morales.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

Guimarães, R. G. (2006, junho). Turismo em Terras Indígenas já é fato: quem se arrisca?, *Dialogando no turismo*, 1(1), 15-42. Disponível em: <<http://www.rosana.unesp.br/revista/documentos/v1n1a2.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.

Horcel, L. (2010, 01 de abril). Fim de semana de aventura e bons pratos em Piraquara. *Gazeta do Povo online*. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/turismo/conteudo.phtml?id=988413&tit=Fim-de-semana-de-aventura-e-bons-pratos-em-Piraquara>>. Acesso em: 12 out. 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). *Censo 2010: terras indígenas*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2012). *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas – resultado do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

- <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_dos\\_Indigenas/pdf/Publicacao\\_completa.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- Leal, R. E. da S. (2007). O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. *Caderno Virtual de Turismo*, 7(3), 17-25. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1154/115416285003.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.
- Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (1973, 21 de dezembro). Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, seção 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm)>. Acesso em: 16 abr. 2012.
- Malhotra, N. K. (2004) *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. (4ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Marconi, M. DE A., & Presotto, Z. M. N. (1987). *Antropologia: uma introdução*. (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Mattar, F. N. (2001). *Pesquisa de marketing: Edição compacta*. São Paulo: Atlas.
- Mauro, V. F. (2007). *Turismo em Terras Indígenas: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira*. Monografia de Especialização, Centro de Excelência em Turismo, Universidades de Brasília, Brasília. Disponível em: <[http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/259/1/2007\\_VictorFerriMauro.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/259/1/2007_VictorFerriMauro.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2012.
- Mota, L. T. (2006). As populações indígenas no Paraná. *Caderno Temático Educação Escolar Indígena*, 13-17. Disponível em: <[http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Diversidade/Indigena/Caderno\\_Tematico\\_Educacao\\_Escolar\\_Indigena.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Diversidade/Indigena/Caderno_Tematico_Educacao_Escolar_Indigena.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2012.
- Oliveira, A. M., & Jesus, D. L. (2008). *O reflexo na construção identitária e a produção do turismo étnico em comunidades indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul*. Trabalho apresentado no Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (SEMINTUR, 5, Caxias do Sul, RS). Disponível em: <[http://www.uces.br/ucs/tpIVSeminTur%20/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_5/trabalhos/arquivos/gt10-05.pdf](http://www.uces.br/ucs/tpIVSeminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt10-05.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- Oliveira, J. P. de, & Freire, C. A. R. (2006). *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação/Museu Nacional.
- Oliveira, V. M. de. (2006). *Turismo, território e modernidade: um estudo da população indígena Krahô, Estado do Tocantins (Amazônia Legal Brasileira)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04062007-160917/pt-br.php>>. Acesso em: 16 abr. 2012.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://www.un.org/spanish/Depts/dpi/portugues/Universal.html>>. Acesso em: 14 mar. 2012.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2008). *Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas*. Disponível em: <[http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_es.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_es.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2012.
- Parellada, C. I. (2006). *Vida indígena no Paraná: memória, presença, horizontes*. Curitiba: PROVOPAR Ação Social/PR. Disponível em:

# X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

<[http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/Geografia/livro\\_provopar\\_kit\\_indigena.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/Geografia/livro_provopar_kit_indigena.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2013.

Pontes Filho, A. (2011). O direito indígena dos Guarani na área da Tríplice Fronteira: Brasil-Paraguai-Argentina. *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais*, 1, 228-257. Disponível em: <<http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/direito/article/viewFile/812/697>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

Ribeiro, D. (1957). *Línguas e culturas indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Ribeiro D. (1996). *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB). (2012, 31 de agosto). Caminhadas na Natureza em Diamante d'Oeste será realizada em reserva indígena. *SEAB*. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5159&tit=Caminhadas-na-Natureza-em-Diamante-dOeste-sera-realizada-em-reserva-indigena>>. Acesso em: 12 out. 2012.

Secretaria de Estado da Educação (SEED). (2012). *Indígena*. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/alunos\\_indigena.php](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/estaticas/alunos/alunos_indigena.php)>. Acesso em: 04 maio 2012.

Secretaria de Estado do Turismo (SETU). (2008). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2012: Região Turística Vales do Iguaçu – Paraná/Brasil*. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/Planos/PlanoValesdolguacu.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.

Secretaria de Estado do Turismo (SETU). (2012, 14 de junho). Confira as datas das próximas Caminhadas na Natureza. SETU. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=197>>. Acesso em: 04 abr. 2013.

Tommasino, K. (2006). Os Kaingang no Paraná: aspectos históricos e culturais. *Caderno Temático Educação Escolar Indígena*, 45-49. Disponível em: <[http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Diversidade/Indigena/Caderno\\_Tematico\\_Educacao\\_Escolar\\_Indigena.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Diversidade/Indigena/Caderno_Tematico_Educacao_Escolar_Indigena.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2012.

Yázigi, E. (2007, dezembro). Ensaio metodológico de manejo turístico em áreas indígenas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 1(2), 137-183. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/viewFile/89/88>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

Wachowicz, R. C. (1977). *História do Paraná*. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina.

Zanardini, J. (2006). *Los pueblos indígenas del Paraguay*. Asunción: El Lector.